

Entrevista João Vieira Lopes

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL

“O remédio alemão é um jogo de soma nula”

Presidente da Confederação do Comércio e Serviços reconhece que o Ministério da Economia tem “evoluído” nos últimos meses. Já as Finanças são acusadas de “autismo”

ISABEL AVEIRO
ia@negocios.pt

A CCP fez um pedido de “revogação imediata” do diploma de emissão de facturas. Porquê? Que justificações apresentaram na carta que enviaram ao ministro das Finanças?

O nosso problema é que o tipo de procedimentos administrativos prévios, de emissões prévias de facturas, cada vez que se movimenta uma mercadoria, criam uma burocracia completamente impossível de gerir. É uma das tais medidas que o Governo toma com uma intenção que pode ser positiva, de evitar a fraude, a fuga ao IVA, mas que é completamente irrealista. É mais uma medida que vem do Ministério das Finanças, com uma preocupação de evitar a fuga fiscal, mas que não tem em conta a realidade do tecido empresarial. Pedimos a revogação imediata, estamos dispostos a sentarmo-nos à mesa, mas a esse nível é completamente impraticável.

E acha que o processo legislativo pode ser revertido?

Nós, até agora, não tivemos resposta nenhuma. Aliás, infelizmente, também já estamos habituados a algum autismo do Ministério das Finanças em relação a um conjunto de propostas.

Disse que esta era “mais uma medida” que, confrontada com a realidade, não é exequível. Que outras medidas é que têm comparação com esta?

Todas as medidas em torno da facturação, de guias de transporte, de facturações, etc. São medidas que têm sentido, mas sobre as quais o Governo devia ter-se sentado à mesa antes. Todo este programa de ajustamento, as suas consequências práticas e a maneira como se tem

aplicado – tem tudo uma incompreensão muito grande de como é que se estrutura a economia portuguesa. Pode dizer-se que no futuro queremos empresas maiores e mais capazes, etc. – é verdade, mas esta é a que temos. E como esta é a que temos, vamos tentar que se parta pelo menos de uma forma progressiva.

Esse “autismo” que diz haver nas Finanças, também há na Economia?

O Ministério da Economia tem evoluído. Não quer dizer que esteja tudo a ser bem feito, e há mesmo algumas visões que não são exactamente as mesmas sobre como é que “redinamizamos” o tecido empresarial. No entanto, ao longo dos meses, o Ministério da Economia tem compreendido que faz todo o sentido falar com as associações empresariais, com as empresas, etc., porque estão na economia real. O Ministério das Finanças parece-nos claramente funcionar à base de modelos que teoricamente até podem ter a sua validade, mas confrontados com o tecido empresarial funcionam bastante menos. Por isso é que depois aparecem as tais surpresas de que fala o ministro.

O que está a dizer é que, até agora, por muito boa vontade que tenha havido da Economia, não tem conseguido de alguma forma travar o que as Finanças têm imposto, com consequências para o tecido empresarial.

Sim. O problema da Economia, independentemente dos seus esforços, é que o Ministério das Finanças teria sempre um papel de ser um pouco o zelador do cumprimento com a troika. E a troika é uma espécie de revisor oficial de contas dos credores. Mas o Ministério tinha de fazer algum contrapeso, e, nesse aspecto, durante muito tempo esteve apagado. Ultimamente tem apare-

O remédio alemão, de pôr a Europa toda em recessão, e toda a gente definir como objectivo as exportações, é um jogo de soma nula.

Já estamos habituados a algum autismo do Ministério das Finanças em relação a um conjunto de propostas.

Quando a banca diz que o problema não é haver dinheiro, é não haver candidatos, isso é uma falácia.

cido publicamente de uma forma mais activa. No entanto, está completamente condicionado por este espartilho, que é o plano de ajustamento. Ao pôr o centro de gravidade só no défice, e desprezando o aspecto da economia – que despreza, claramente – o que acontece é que a economia não cresce. E eu não percebo se a economia não cresce como é que se vai pagar a dívida.

Têm sido anunciadas medidas, pelo Ministério da Economia, de apoio à economia. Qual é a vossa opinião sobre estas medidas?

Esse conjunto de medidas é positivo, claramente positivo – vão no bom sentido. Mas não tenhamos ilusões. O tipo de filtro e garantias que a banca está a exigir limita extremamente o número de empresas que podem ser candidatas a esse tipo de situações. Quando a banca diz que o problema não é haver dinheiro, é não haver candidatos, isso é uma falácia. As taxas de juro e os “spreads”, os períodos de carência, os prazos de amortização e as condições que se exigem às empresas colocam logo de fora grande parte do tecido empresarial. O efeito é limitado. Há outra situação, que é para nós mais uma das posições utópicas quer da troika, quer deste Governo: Portugal vai levar muitos anos a ter um equilíbrio de exportações e importações. Das 300 e tal mil empresas que existem no País não chegam a 20 mil aquelas que exportam. E mesmo muitas das que exportam, se não tivessem um complemento no mercado interno não se aguentavam. É bastante utópico pensar que em cinco ou 10 anos se vai alterar este padrão. Há quem tenha provavelmente uma concepção darwinista de sobrevivência da espécie...

No sentido do mercado encarregar-se de fazer as mais fortes sobreviverem?

Exactamente. O problema é que isso está a causar uma recessão tão grande que a partir de certo nível se pode perder o controlo. Está a haver uma realidade dicotómica. Está a haver um reforço, com limitações, da banca, e ao mesmo tempo está a haver uma contração de mercado que limita o número de empresas que podem ter acesso. Por outro lado, há uma utopia que é que em meia dúzia de anos as exportações vão salvar... Não nos vamos enganar a nós próprios. Pensar que nós conseguimos diversificar – neste momento entre dois terços a três quartos das exportações continuam a ser para a Europa. O remédio alemão, de pôr a Europa toda em recessão e toda a gente definir como objectivo as exportações, é um jogo de soma nula. Aliás, a postura da Alemanha também já lhe está a custar, porque já está a entrar em estagnação.





Miguel Baltazar

“Taxa de IRC a 10% devia ser para toda a gente”

O banco de fomento tem lógica, neste momento? Serve para desbloquear alguma coisa em termos de substituição à banca?

Um banco virado para o fomento tem todo o sentido. Se deve ser um banco na Caixa ou fora da Caixa isso aí é uma questão polémica. Tem sentido no fundo ter um banco vocacionado para os investimentos. Dentro da Caixa tem os riscos de ser afogado por aquela máquina monstra. Fora da Caixa tem os riscos de se criar mais uma entidade.

O IRC a 10% devia ser para que empresas?

Toda a gente.

Não só para as exportadoras?

Não. O que é que são exportadoras? Como a maior parte das empresas são mistas, correm-se riscos de criar situações de concorrência desleal entre uma empresa que exporta e uma [que vende] para o mercado interno, em termos fiscais e outros. A nossa proposta, no âmbito do OE, era permitir a dedução no IRC em função do investimento, e em função da criação de postos de trabalho. Esta medida que o ministro da Economia propôs – o ser 10% ou ser 12% – é uma bandeira em termos internacionais, mas o efeito prático não é muito grande, até porque a maior parte dos investimentos que cá são feitos já têm tantos benefícios fiscais que amortecem isso completamente.

E vai ser possível? Berlim deiba?

Nem é tanto por Berlim, é a troika. Há aqui uma coisa que nos deixa muito perplexos e já o dissemos ao ministro da Economia e ao das Finanças: vimos que o programa da troika deveria ser um programa de grandes linhas, que não tem muito sentido andar a discutir coisas ao nível de portaria de extensão ou deste ou doutro imposto. E parece-nos bastante estranho que o Governo alinhe nesse jogo. Até porque estas discussões com estes funcionários da troika não dão nun-

ca grande coisa: eles não têm autonomia. Quando se faz uma operação com um banco, uma coisa é ter de ir à direcção de crédito, outra coisa é o gerente da dependência. E estes equivalem a gerentes da dependência bancária.

O efeito prático não é muito grande, porque a maior parte dos investimentos que cá são feitos já têm tantos benefícios fiscais que amortecem isso completamente.

O Revitalizar tem funcionado?

O Revitalizar tem abrangido ainda um número relativamente pequeno de empresas. É mais uma daquelas áreas em que a perspectiva é positiva. Gostaria que algumas coisas tivessem sido discutidas com as confederações. Tem sempre a limitação do costume: a banca mete um conjunto de restrições, depois exige um conjunto de garantias e algumas não são práticas.

Está mais preocupado hoje do que estava há seis meses?

Estou, estou. Ainda recentemente dei uma volta por todas as associações e a situação de empresas a encerrar é muito grande. E estou, porque ao fim deste ano e meio, se não se mexer em tudo o que é o plano do programa de ajustamento em profundidade e com capacidade de manobra em termos europeus, vejo que isto vai afunilando.

AGENDA 2013

DIPLOMAS URGENTES PARA O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS

DIPLOMA DAS FACTURAS

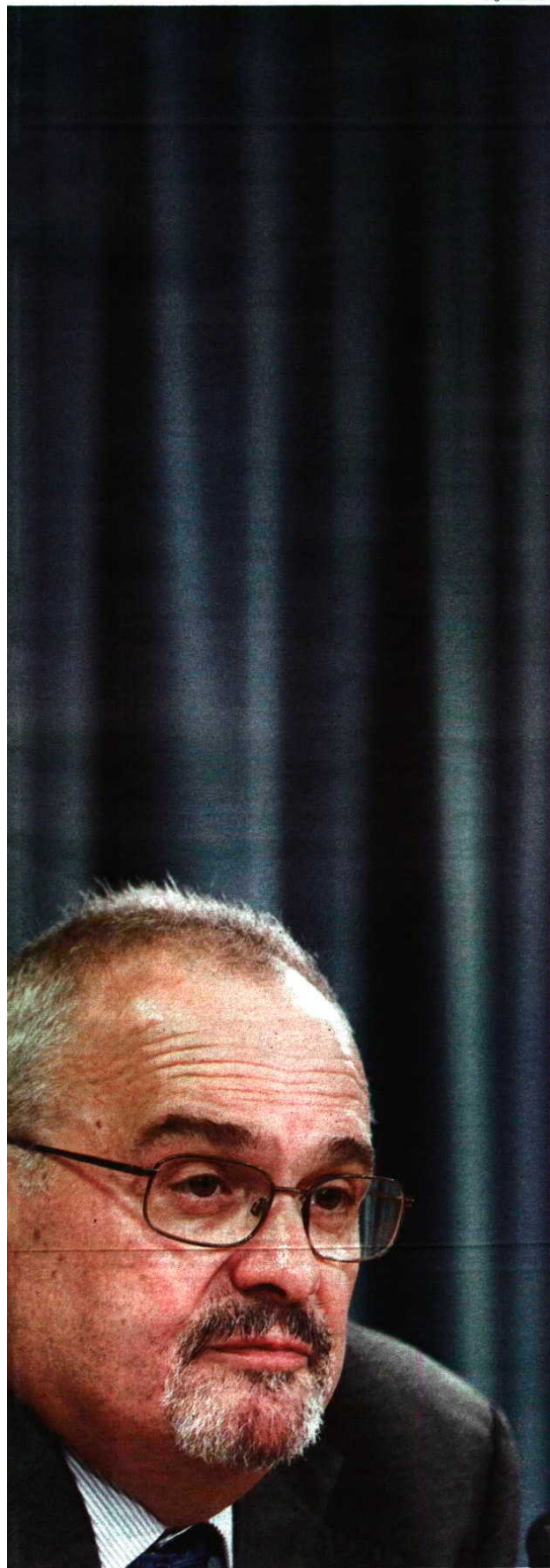
É uma das mais urgentes preocupações da CCP, que enviou já uma carta ao ministro das Finanças solicitando a “revogação imediata” do pacote legislativo – com entrada em vigor a partir de 1 de Janeiro – sobre a emissão prévia de facturas. “Partindo de uma preocupação justa de baixar a fraude fiscal, estamos a criar medidas que são impraticáveis e que depois têm como consequências coimas sistemáticas”, defende Vieira Lopes. Na prática, uma carrinha que faça entrega de produtos em função da falta do comerciante (iogurtes, bebidas ou outros com distribuição porta-a-porta), “fica aqui metida num imbróglio”, porque teria de ter a nota de encomenda antes da saída da fábrica/armazém ou avisar a autoridade tributária via telefónica. “Difícilmente é praticável. A coima até pode não ser muito significativa, mas pode haver todas as semanas”.

MAIS REPORTE ESTATÍSTICO PARA O BANCO DE PORTUGAL

“Por outro lado, em termos de Banco de Portugal, existe neste momento uma directiva, também para aplicar a partir de 1 de Janeiro, para tudo o que envolva relações comerciais com o estrangeiro, que exige uma burocracia que dificilmente pode ser cumprida pela maior parte das PME”, defende o presidente da CCP. “Aplica-se às exportações e às importações. Parte de uma preocupação fiscal, de controlo estatístico e de movimentos”, mas instaura-se “um sistema, que não tem em conta o tecido empresarial”. “O que é um bocado estranho tendo em conta o discurso, quer contra a burocracia, quer em termos de flexibilizar, do ponto de vista regulamentar, as exportações portuguesas”.

ALTERAÇÃO À LEGISLAÇÃO SOBRE VENDAS COM PREJUÍZO

“A nossa posição continua a ser a mesma. Acharmos que deve ser regulamentada a venda com prejuízo, que deve ser regulamentado o abuso de posição dominante – todas essas questões. Mas “entrar ao nível regulamentar de promoções ao pormenor parece-nos um bocado absurdo e não deixa de ser curioso da parte de um Governo que se apresenta como bastante liberal. Aliás, continua a ser estranho porque é que isso não aparece. A nós dizem-nos que já foi para a Assembleia da República. Vai-se ao ‘site’ da AR e não está”.



Presidente da CCP diz que “o remédio alemão é um jogo de soma nula”



João Vieira Lopes, em entrevista, diz que Álvaro Santos Pereira tem “evoluido” e acusa Vítor Gaspar de autismo.

Empresas 12